

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 04 DE JULHO DE 2014.**

Altera a Lei Municipal nº 87, de 22 de dezembro de 1989, que consolida a legislação tributária do Município, estabelecendo o Código Tributário Municipal e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,**  
Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Ficam alterados os arts. 247 e 255 da Lei Municipal nº 87, de 22 de dezembro de 1989, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 247. Os valores não recolhidos nos prazos assinalados nos artigos anteriores serão corrigidos monetariamente pela UFIR, ou outro índice que venha a substituí-lo, e acrescido de multa de 2% (dois por cento), para os valores vencidos até 30 dias; de 4% (quatro por cento) para valores vencidos de 31 a 60 dias; e de 6% (seis por cento) para valores vencidos a mais de 60 dias; além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Revogado.”

“Art. 255. Expirado o prazo de pagamento, ficam os contribuintes sujeitos aos mesmos acréscimos do art. 247 desta Lei.

I – revogado;  
II – revogado;  
III – revogado.

Parágrafo único. Revogado.”

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Eldorado do Sul, 04 de julho de 2014.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI**

Secretária de Administração

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Complementar nº 111, de 04 de julho de 2014, que ***“Altera a Lei Municipal nº 87, de 22 de dezembro de 1989, que consolida a legislação tributária do Município, estabelecendo o Código Tributário Municipal e dá outras providências”***

O presente Projeto de Lei tem por objetivo revogar o parágrafo único do art. 247, bem como os incisos e o parágrafo único do art. 255, bem como alterar o seu *caput*, ambos do Código Tributário Municipal.

Denota-se que a revogação do parágrafo único do art. 247 se faz mister, em razão da incoerência da exigência da comissão de cobrança que rege este dispositivo, em razão da existência de um aparelhamento estrutural da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Jurídica do Município para efetivarem a cobrança da dívida ativa extrajudicial e judicial, respectivamente, além do que é ônus do credor providenciar a cobrança, que não pode ser remunerado pelo cumprimento de seu encargo.

Já no que se refere a nova redação do caput do art. 255 e a revogação dos incisos e o parágrafo único respectivos também demonstram extrema relevância, haja vista que acabaria gerando dupla incidência de juros e multa quando inscrito em dívida ativa o débito do contribuinte, razão pela qual a nova redação prevê que: *“...ficam os contribuintes sujeitos aos mesmos acréscimos do art. 247 desta Lei.”*

É de se ressaltar que as alterações propostas são cruciais para a correta arrecadação dos tributos municipais, adequando-se aos princípios basilares da Administração Pública, o que inclusive evitará apontamentos futuros do Tribunal de Contas do Estado.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**

Prefeito Municipal